



# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

## Procuradoria Geral do Município

PAe 16766/2024

### PARECER JURÍDICO

**ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2024 E RESPOSTA FORNECIDA PELO SETOR DE ABASTECIMENTO. NECESSIDADE DE CORREÇÕES NO EDITAL COM BASE NOS PRINCÍPIOS E DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133/2021, COMPLEMENTADA POR NORMAS CORRELATAS.**

#### 1. Da Impugnação

A empresa impugnante, PRÓ-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA., aponta as seguintes irregularidades no edital:

##### 1.1 Exigência do CADRI (item 9.15.3):

- a) Apresenta caráter restritivo por ser um documento exigido exclusivamente pela legislação do Estado de São Paulo.
- b) Não há justificativa técnica ou legal para sua imposição irrestrita, considerando que o transporte ou operação fora daquele estado não requer o CADRI.

##### 1.2 Exigência de Licenciamento de Veículos pela Vigilância Sanitária (item 9.15.4):

- a) Essa exigência extrapola a competência da Vigilância Sanitária, pois a análise das condições técnicas dos veículos é de responsabilidade do órgão ambiental no âmbito do licenciamento.
- b) É apontado como redundante, pois as condições de transporte podem ser verificadas durante a execução do contrato e pela fiscalização ambiental e sanitária.

#### 2. Da Resposta do Setor de Abastecimento

A administração, ao responder a impugnação, apresentou justificativas que, apesar de bem fundamentadas, carecem de proporcionalidade e razoabilidade.

##### 2.1 Sobre o CADRI:

Reconheceu que a exigência do CADRI só se aplica às empresas que operam no Estado de São Paulo ou transportam resíduos para esse estado. Apesar disso, não mencionou ajuste no edital para refletir tal entendimento, o que é essencial para garantir segurança jurídica e ampliar a competitividade do certame.





# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

## Procuradoria Geral do Município

---

### 2.2 Sobre o Licenciamento de Veículos pela Vigilância Sanitária:

Justificou a exigência com base na necessidade de vistoria sanitária para garantir padrões de segurança e higiene. No entanto, tais verificações são inerentes à execução do contrato e não devem ser exigidas como condição de habilitação, em observância ao princípio da proporcionalidade (art. 67 da Lei nº 14.133/2021).

### 3. Fundamentação Jurídica

#### 3.1 Princípios da Competitividade e Igualdade:

O art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e o art. 5º, da Lei nº 14.133/2021 determinam que licitações devem assegurar igualdade de condições entre os concorrentes, restringindo exigências que limitem a participação sem necessidade comprovada.

#### 3.2 Habilitação Técnica Proporcional:

Conforme o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, os requisitos de habilitação devem ser adequados ao objeto da contratação e indispensáveis à garantia de sua execução. A exigência de CADRI, de forma irrestrita, ou do licenciamento sanitário dos veículos para habilitação técnica extrapola esse limite.

#### 3.3 Fiscalização na Execução Contratual:

A Resolução ANVISA nº 306/2004 e as Resoluções CONAMA nº 237/1997 e nº 358/2005, citadas pela administração, permitem que a fiscalização das condições dos veículos e do transporte seja realizada durante a execução do contrato. Logo, tais exigências podem ser substituídas por vistorias regulares, sem comprometer a segurança ou a conformidade ambiental.

### 4. Conclusão

#### 4.1 Exigência do CADRI:

Deve ser limitada apenas às empresas que realizem operações no Estado de São Paulo ou transporte para esse estado. O edital deve ser ajustado para refletir essa especificidade.

#### 4.2 Exigência de Licenciamento Sanitário:

Deve ser suprimida do edital como critério de habilitação, uma vez que a fiscalização sanitária é mais apropriada durante a execução contratual e está inserida no escopo da fiscalização administrativa.





# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

## Procuradoria Geral do Município

### 4.3 Recomendações Gerais:

- 4.3.1 Retificação do Edital:** Para garantir a competitividade e evitar questionamentos judiciais, sugere-se a adequação dos itens 9.15.3 e 9.15.4 no edital, em conformidade com o entendimento aqui exposto.
- 4.3.2 Adoção de Mecanismos de Fiscalização Contratual:** A administração deve priorizar a verificação das condições de transporte e segurança sanitária dos veículos durante a execução do contrato, como forma de resguardar o interesse público e o cumprimento das normas ambientais e sanitárias.

### 5. Consequências Jurídicas em Caso de Omissão:

A manutenção das cláusulas sem ajuste pode levar à impugnação judicial do certame, à suspensão do processo licitatório, à responsabilização dos gestores públicos (arts. 156 e 175 da Lei nº 14.133/2021) e à anulação da licitação.

Isto posto, sou de parecer que o edital deve ser modificado para garantir que a licitação esteja em conformidade com os princípios da **competitividade**, **razoabilidade** e **proporcionalidade**, assegurando a ampliação da participação no certame e prevenindo riscos de invalidação. A administração deve agir preventivamente, promovendo as adequações necessárias e priorizando mecanismos de fiscalização durante a execução contratual.

São José do Vale do Rio Preto – RJ, 09 de dezembro de 2024.

**ALEXANDRE QUINTELLA GAMA**  
Procurador Geral do Município  
OAB/RJ 98.018





**MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO**

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

3575E3D1E96047D98E691A91DD7BE243

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/3575E3D1E96047D98E691A91DD7BE243>